

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei 14.133/2021)
Registro de Preços – Rede de Suprimentos

Processo CPA nº 2025/136665

1. OBJETO

Registros de Preços para aquisição de **Materiais de Elétrica (EL) da 8ª Região Administrativa** do Tribunal de Justiça de São Paulo e **Materiais de Alvenaria e Pintura (AP) da 6ª e 8ª Regiões Administrativas** do Tribunal de Justiça de São Paulo pelo sistema de Rede de Suprimentos, para utilização em serviços de manutenção e pequenos reparos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Trata-se de necessidade identificada pela SAAB 2, conforme estudo preliminar apresentado no CPA 2022/76314, quanto à necessidade de aquisição de materiais para atendimento aos serviços de manutenção preventiva, corretiva e adaptativa (serviços comuns de manutenção), solicitadas pelas unidades administrativas do TJSP, nas 10 Regiões Administrativas.

Atualmente, as administrações prediais utilizam-se da verba de adiantamento para aquisição dos materiais mais urgentes, comprometendo as demais utilizações da verba e desvirtuando sua função.

A partir do encaminhamento para gestão pela SAAB 5.3 (CPA 2022/76314 - p. 1012), atual SAAB 5.4 – Coordenadoria de Gestão de Suprimentos, identificamos a possibilidade de licitação, pelo sistema de Rede de Suprimentos, que será adotado também para os itens de manutenção predial.

Justifica-se a contratação tendo em vista que a Rede de Suprimentos viabiliza o abastecimento das unidades do TJSP de forma regular, promovendo a padronização e a racionalização das compras, além de se evitar a aquisição de itens com a utilização de verba de adiantamento, uma vez que as unidades ficam vedadas de adquirir itens iguais ou similares por essa modalidade, conforme determinações da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças.

Foi realizado processo licitatório em setembro de 2025 pelo pregão eletrônico

90150/2025 para aquisição de materiais de Elétrica para a 8ª Região Administrativa e Alvenaria e Pintura para a 6ª e a 8ª Região Administrativa, conforme processo nº 2025/81955, o qual teve o resultado fracassado por motivo das empresas participantes não atenderem as exigências dos documentos especificados no edital.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A demanda foi prevista no PCA, conforme IDs abaixo:

752/2026 - Materiais de Manutenção Predial

864/2026 – Materiais Elétricos

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

A contratação pretendida está aderente aos seguintes Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

- 7. Aprimorar a integração dos sistemas com entidades público e privadas.
- 8. Aprimorar a governança da área de infraestrutura, contratos e abastecimento.
- 9. Adequar a infraestrutura física e otimizar uso dos prédios e espaços.
- 12. Aprimorar os processos de trabalhos administrativos
- 19. Promover a sustentabilidade

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

Não há catálogo eletrônico disponibilizado para esta contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Amostras / exame de conformidade

Haverá a previsão geral de solicitação de laudo a qualquer tempo durante a vigência das Atas, em caso de reclamações quanto à qualidade e atendimento às especificações dos produtos.

No termo de referência, anexo II – Especificação Técnica e anexo III- Modelo de Proposta, serão indicadas as marcas de tintas, thinner e seladora recomendadas pela área técnica do TJSP (SAAB 2.5.5), conforme proposta homologada pela E. Presidência, com autorização de vedação de indicação de outras marcas (CPA

2024/77129) juntada na página 17.

Cota para ME e EPP's

No caso da Rede de Suprimentos, a atribuição de cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 48, inc. III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 fica inviabilizada, devido ao sistema de compras mensais, com comunicação entre sistemas via *webservice* e necessidade de estabelecimento de valor mínimo de compras mensais por Unidade para viabilizar a logística de entrega direta nas unidades administrativas.

Vigência da ARP / Prorrogação

O prazo de vigência da ata da registro de preços será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a possibilidade de prorrogação de vigência da ata, o Termo de Referência estabelecerá essa possibilidade, com indicação do índice de reajuste aplicável.

Para o período prorrogado, será prevista a renovação dos quantitativos registrados, tendo em vista que este estudo considera a previsão de consumo anual. Essa hipótese vem sendo admitida pelos estudos e posicionamentos mais recentes a respeito da matéria, conforme a seguir:

Como já dito, deduz-se da própria Lei n. 14.133/2021 a anualidade do planejamento. O plano de contratações deverá ser anual (§ 1º, art. 12) e o próprio planejamento das compras deve considerar a expectativa de consumo anual (art. 40), do que resulta que a expectativa de consumo para a ARP deve respeitar também a anualidade

(...)

Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, o que repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente previstos para o ciclo anual original.

Fonte: Ronny Charles em [Prorrogação da Ata e Renovação dos Quantitativos Fixados na Licitação - Ronny Charles](#)

A fim de proporcionar maior segurança jurídica e auxiliar os gestores na implementação deste instituto em seus regulamentos, apresentamos a seguir alguns enunciados de instituições renomadas que abordam o tema. Conforme o Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal, "No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas

as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas”. Este enunciado destaca a importância de abordar a renovação das quantidades já na fase de planejamento da contratação e sua previsão no ato convocatório.

Adicionalmente, os Enunciados 17 e 18 do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP) complementam essa visão, permitindo a renovação das quantidades registradas, mesmo sem previsão expressa no edital ou na ata, conforme o Enunciado 17. De forma excepcional, o Enunciado 18 abre a possibilidade de antecipação da prorrogação por até doze meses, em casos de esgotamento da quantidade registrada, reforçando a flexibilidade e adaptabilidade necessárias na administração pública.

Fonte: Erika Mesquita em [Renovação dos Quantitativos das Atas de Registro de Preços \(sollicita.com.br\)](https://sollicita.com.br/renovacao-dos-quantitativos-das-atas-de-registro-de-precos)

Qualificação Técnico-Operacional e Econômico-Financeira

Tendo em vista que a contratação requer acentuada capacitação das empresas detentoras das atas de registro de preços, considerando a quantidade de itens envolvidos, a necessidade de integração com o sistema de pedidos do TJSP, bem como a logística de entrega para atendimento dos pedidos mensais em todas as unidades administrativas abrangidas pela respectiva ata, e a fim de reduzir os riscos de incapacidade da empresa selecionada no cumprimento das obrigações, serão exigidos os seguintes itens a título de qualificação técnico-operacional e econômico-financeira:

- a. Atestados de Capacidade Técnica em quantidade compatível com a expectativa de aquisição dos itens mais relevantes em cada lote;
- b. Declaração de que atende os requisitos mais relevantes da contratação;
- c. Balanço patrimonial e demais exigências, conforme edital

Os demais requisitos da contratação serão detalhados no Termo de Referência e seus anexos.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

O recebimento provisório será efetuado pela unidade administrativa requisitante em até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos produtos, devendo efetuar a conferência dos materiais recebidos.

O recebimento definitivo será efetuado pelo(a) Fiscal de Contrato (Coordenadoria de RAJ), em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da finalização das entregas pela DETENTORA.

As condições detalhadas para recebimento provisório e definitivo serão definidas

no Termo de Referência.

Os locais de entrega são informados no Anexo IV do Termo de Referência, que contém todos os endereços das unidades administrativas do TJSP.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

As unidades requisitantes efetuarão pedidos mensais por meio do sistema de pedidos do TJSP (SPD/Pedido de Reposição).

As Coordenadorias de RAJ (Fiscais do Contrato) efetuarão a análise e aprovação dos pedidos por meio do sistema SPD/Aprovar Pedido de Reposição, levando em consideração a situação dos estoques das unidades requisitantes, para os itens que tenham histórico regular, e justificativas da unidade requisitante para necessidades específicas, bem como os saldos de empenho disponíveis.

Será definido um valor mínimo de **R\$ 200,00** por pedido, a fim de viabilizar os custos logísticos para entrega, conforme padrão já adotado na Rede de Suprimentos para itens de Gêneros Alimentícios, Higiene e Descartáveis e Materiais de Escritório.

As detentoras das ARPs deverão desenvolver sistema para integração via *webservice* com o sistema de pedidos do TJSP (SAJADM/Pedido de Reposição). O manual para implementação da ferramenta, assim como arquivo com o modelo a ser desenvolvido, será disponibilizado na página de Transparência do TJSP (https://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia/Licitacoes_Default), item Rede de Suprimentos, para acesso por todas as licitantes e detentoras. Em caso de impossibilidade de integração e até que seja finalizada a fase de desenvolvimento, a Detentora deverá ter capacidade de atendimento aos pedidos através de “relatório de pedidos de reposição”, conforme termos estabelecidos no Termo de Referência.

Após entrega em todas as unidades requisitantes a empresa enviará a nota fiscal de faturamento para a respectiva Coordenadoria de RAJ (Fiscal do Contrato) que efetuará as conferências e posterior ateste definitivo e encaminhamento à SOF para pagamento.

O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

Tendo em vista que a Rede de Suprimentos exige celeridade na dinâmica de fornecimento para não comprometer os pedidos mensais, as entregas e o regular abastecimento das unidades administrativas, eventuais trocas de marca serão analisadas em carácter prioritário, com os mesmos critérios adotados na análise de propostas da licitação, conforme procedimentos definidos no termo de referência.

Os prazos e condições detalhados constarão no Termo de Referência.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento será menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Com relação aos itens de Materiais de Alvenaria /Pintura, a SAAB 2 informa, no estudo preliminar apresentado (CPA 2022/76314), que os itens e quantidades estimados foram obtidos com base em dados históricos de consumo anual da SAAB 2.5.5, por consultas aos prédios abrangidos por piloto elaborado pelo setor e, também, pela segunda etapa do projeto Facilities, bem como por Comarcas de entrâncias final, intermediária e inicial escolhidas como parâmetro, totalizando 73 (setenta e três) prédios. Diante da urgência solicitada para a presente contratação, os parâmetros não foram revistos e os itens e quantidades apontados pela SAAB 2 serão mantidos, apenas com adequações/arredondamentos em alguns quantitativos, para garantir a disponibilidade de produtos as todas as unidades administrativas de cada RAJ.

Tendo em vista tratar-se de Registro de Preços, e considerando em especial que os itens de alvenaria/pintura não apresentam média regular de consumo, tendo

em vista que serão solicitados pelas unidades administrativas de acordo com as futuras necessidades pontuais de reparos, as quantidades registradas e empenhadas anualmente precisarão ter uma margem razoável, para que seja possível absorver eventuais aumentos de demanda de forma ágil, a fim de evitar o desabastecimento dos itens.

Conforme levantamentos realizados, a contratação envolverá a seguinte quantidade de itens:

Alvenaria/pintura (AP) – RAJs 6 e 8	127 itens
Elétrica (EL) – RAJ8	77 itens
Total	204 itens

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O presente estudo foi encaminhado à SAAB 5.3 (página 1012 do CPA 2022/76314) visando o prosseguimento da contratação em moldes similares à Rede de Suprimentos dos demais materiais de consumo em utilização atualmente (Gêneros Alimentícios, Higiene e Descartáveis, Materiais de Escritório e Lâmpadas e Luminárias), com solicitação de tramitação com urgência, tendo em vista as limitações para aquisição dos itens de manutenção predial com a verba de adiantamento das unidades administrativas, conforme novo regramento estabelecido pela SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças.

Diante do exposto, não havendo tempo hábil para novo estudo de mercado, e tendo em vista que a questão já foi analisada pela SAAB 2, conforme item 12 do ETP anterior apresentado (páginas 1137-1150 do CPA 2022/76314), considera-se que, além dos argumentos já apresentados, as razões principais que levaram ao estabelecimento da Rede de Suprimentos para os demais itens (GA/HD/ME/LA) aplicam-se igualmente ao grupo de Alvenaria/Pintura, a saber:

- o Sistema de Rede de Suprimentos substitui formas pulverizadas de abastecimento das unidades administrativas;
- por meio da Rede de Suprimentos os itens são padronizados e as unidades administrativas programam as compras com base em suas necessidades pontuais;
- a partir da assinatura das atas da Rede de Suprimentos as unidades administrativas ficam vedadas de adquirir itens iguais ou similares por verba de adiantamento, atendendo, desta forma, a recomendações da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças e do E. Tribunal de Contas do Estado de SP;

- A Rede de Suprimentos promove também o aumento da eficiência administrativa, por diminuir o número de processos licitatórios realizados, e permitir a otimização da gestão contratual com a participação das Coordenadorias Regionais Administrativas na fiscalização dos contratos, e demais áreas técnicas, se necessário.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Valor estimado para contratação para Registro de Preços (ajustado após revisão das quantidades):

Segmento	Valor Total estimado	REGIÃO
Alvenaria/pintura (AP)	R\$ 4.157.180,40	RAJs 06 e 08
Elétrica (EL)	R\$ 667.806,70	RAJ 08
Total estimado	R\$ 4.824.987,10	

Os valores apresentados na planilha de registro de itens às páginas 02-08 foram estimados com base nos relatórios da última pesquisa de preços realizada em junho/2025 no processo licitatório – (páginas 3572-3604 do CPA 2025/81955), havendo necessidade de atualização dos valores referenciais por meio de nova pesquisa na fase interna da licitação.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A descrição completa da solução estará descrita no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A RDS é composta por grupos de itens aglutinados por segmentos de mercado, tendo em vista a existência de uma nítida divisão de distribuidores especializados nesses materiais.

Assim, o objeto deste estudo, relativo aos itens fracassados, conforme indicado no item 2, será reunido em processo único, com lotes organizados por segmento de Materiais Elétricos para a 8ª Região Administrativa – TJSP e do segmento de Materiais de Alvenaria e Pintura para as 6ª e 8ª Regiões Administrativas – TJSP.

O agrupamento de materiais por segmento de mercado foi validado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme voto do Relator, aprovado em unanimidade pelo Plenário, no Processo TC-000585.989.13-0, que tratou do exame prévio ao Edital do Pregão Eletrônico nº 64/2013 deste E. Tribunal, quando da contratação inaugural da Rede de Suprimentos. Destacam-se os seguintes trechos (grifos nossos):

“Os autos mereceram análise cuidadosa dos setores e das respectivas Chefias de ATJ e PFE, e do MPC, cujas conclusões, à unanimidade, convergiram no sentido da necessidade de o Tribunal de Justiça corrigir parte do edital divulgado com o propósito de registrar preços para aquisição de consumíveis através da rede de suprimentos para os Fóruns e prédios Administrativos que o integram.

(...) prefiro filiar-me à nossa jurisprudência dominante no sentido de que o objeto, desde que preservadas suas condições técnicas e econômicas, deve ser dividido em parcelas, providência, aliás, recomendada pela regra expressa nos artigos 15, IV e 23, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

Na hipótese vertente, são convincentes as razões apresentadas pelo Tribunal licitante para o agrupamento dos itens em lotes, ainda que tenha optado pela adoção do sistema de registro de preços, situação na qual a Administração não se vê obrigada a firmar as contratações que deles possam advir.

(...)

A prestação de serviços em todo o Estado de São Paulo, aspectos gerenciais envolvidos, custo do armazenamento dos itens, e a economia que será gerada com a realização de um único certame, vez que, de acordo com os cálculos elaborados pelo TJ, várias licitações acarretariam despesas extras acima de dez milhões de reais, penso, são suficientes para dar guarida à opção administrativa.

Estes aspectos, contudo, não autorizam que se deixe à margem a realização de uma competição isonômica entre os interessados, o que torna imprescindível que os lotes - ora divididos por regiões - sejam subdivididos em outros que agrupem itens da mesma natureza, sob pena de comprometer a competitividade do certame com a restrição da disputa apenas aos proponentes capazes de cotar todos os itens neles reunidos.

A medida, certamente, atenderá à recomendação desta Casa exarada no TC-716/026/02 quanto à realização de licitação para um melhor controle dos gastos hoje efetivados em regime similar ao de adiantamento, como também continuará a permitir a participação de empresas que comercializem todos os itens desejados e, querendo, possam cotar preços para todos os lotes, de todas as regiões, além de possibilitar que empresas especializadas em determinado segmento tenham condições de competir”.

Do ponto de vista da gestão contratual, a divisão em lotes por região mostra-se imprescindível, pois os Coordenadores de RAJ atuam como Fiscais de Contrato de cada ARP, e têm maior conhecimento das características de cada Unidade Administrativa, por sua proximidade e envolvimento em outros tipos de contrato dos quais são responsáveis, proporcionando maior eficiência administrativa.

Outrossim, conforme informado no item 6 deste ETP, no caso da Rede de Suprimentos a atribuição de cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 48, inc. III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 fica inviabilizada, devido ao sistema de compras mensais, com comunicação entre sistemas via *webservice* e necessidade de estabelecimento de valor mínimo de compras mensais por Unidade para viabilizar a logística de entrega direta nas unidades administrativas.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Os resultados pretendidos com a contratação são:

- Racionalização e padronização das compras de itens de manutenção predial.
- Economicidade devido ao ganho de escala na aquisição de itens em lote por ramo de mercado.
- Melhoria de eficiência administrativa, por meio da redução do número de processos licitatórios, número de contratos e da utilização do sistema de pedidos de reposição integrada aos sistemas das Detentoras.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Além da adequação dos documentos (DFD/ETP/TR e anexos) foram necessárias diversas outras atividades sistêmicas e operacionais para viabilizar a licitação como por exemplo:

- Formatação de planilhas (anexos do Termo de Referência) para as licitações a serem realizadas: documentação elaborada pela SAAB 5.4.1.1;
- Itens Catmat a serem utilizados para licitação por meio da plataforma Compras.gov: pesquisa feita entre servidores de outras Seções desta Coordenadoria, em conjunto com servidores da SAAB 5.2; após a localização e/ou criação de todos os itens, foi necessário o lançamento no sistema

IRP/Comprasgov.

- Consulta aos órgãos conveniados com o TJSP para participação em contratações compartilhadas (TJMSP, TCESP, TRE-SP, ALESP), conforme comunicações às páginas 09-16.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Esta contratação não está vinculada a nenhuma contratação vigente.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- Será solicitada declaração de que a licitante, bem como as marcas por ela ofertadas, estão de acordo com a legislação e regulamentações cabíveis, inclusive quanto ao armazenamento, comercialização e transporte.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto a ser contratado não apresenta restrições à participação de empresas isoladas, em razão de ser de natureza comum, e do histórico de contratações da rede de suprimentos, que demonstra a possibilidade de ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O Plano de Riscos (pp. 36-49) encontra-se juntado ao **CPA nº 2024/00104121** para acompanhamento.

23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Unidade solicitante: SAAB 5.4.1 – Gestão de Suprimentos

Secretaria/Diretoria responsável: SAAB 5 – Diretoria de Licitações e Suprimentos

Servidores integrantes da equipe de planejamento da contratação:

Equipe de planejamento SAAB 5:

MATRÍCULA	NOME	EMAIL	FUNÇÃO
316201	Clovis Ribeiro da Cruz - Supervisor de Serviço - SAAB 5.4.1 – Serviço de Gestão de Suprimentos	cloviscruz@tjsp.jus.br	GESTOR DE PLANEJAMENTO
130.812	Fausto Luís dos Santos - Coordenador - SAAB 5.4 – Coordenadoria de Gestão de Suprimentos	faustosantos@tjsp.jus.br	EQUIPE
367.152	Fabio de Souza Landim - Chefe de Seção – SAAB 5.4.1.1 - Seção de Gestão da Rede de Suprimentos	flandim@tjsp.jus.br	EQUIPE
316.201	Marcelo Silva de Oliveira – Escrevente Técnico Judiciário – SAAB 5.4.1.1 - Seção de Gestão da Rede de Suprimentos	marcelooli@tjsp.jus.br	EQUIPE
379.888	Denner Marinho Oliveira Dias - Escrevente Técnico Judiciário - SAAB 5.4.1.1 - Seção de Gestão da Rede de Suprimentos.	dedias@tjsp.jus.br	EQUIPE

Equipe de apoio técnico (necessária na fase de análise de propostas, bem como ao longo da execução contratual):

Equipe técnica	Kelson Diniz do Nascimento – Supervisor - SAAB 2.5.5 – Serviço de Manutenção Geral e Oficinas Marcos Ferreira Manso – Chefe de Seção - SAAB 2.5.5.1 – Seção de Manutenção Geral
----------------	--

A equipe de gestão será indicada quando da inclusão do pedido de licitação.

24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Conforme descrito no item 2 deste ETP, a contratação é necessária para continuidade do sistema de aquisição de materiais de consumo denominado “Rede de Suprimentos - RDS”, visando abastecimento regular de itens básicos ao funcionamento das unidades administrativas e judiciais do TJSP em todo o Estado.

Justifica-se a contratação tendo em vista que a Rede de Suprimentos promove a padronização e a racionalização das compras e estoques, além de se evitar a aquisição de itens com a utilização de verba de adiantamento, uma vez que as unidades ficam vedadas de adquirir itens iguais ou similares por essa modalidade, conforme determinações da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças.

Conforme demonstrado neste ETP, a contratação representa a melhor solução

para a necessidade, havendo viabilidade técnica, conforme contratações precedentes já realizadas, bem como econômica, tendo em vista a inclusão no Plano de Contratação Anual e estimativas de valor realizadas.

Diante disso, solicita-se a aprovação dos estudos, para inclusão dos pedidos de licitação.

Fausto Luís dos Santos
Coordenador - SAAB 5.4
(assinado digitalmente)

Clovis Ribeiro da Cruz
Supervisor de Serviço - SAAB 5.4.1
(assinado digitalmente)

Fábio de Souza Landim
Chefe de Seção – SAAB 5.4.1.1
(assinado digitalmente)

Marcelo Silva de Oliveira
Escrevemnte– SAAB 5.4.1.1
(assinado digitalmente)

Denner Marinho de Oliveira
Escrevemnte– SAAB 5.4.1.1
(assinado digitalmente)